

CONTRIBUIÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CURSO DE DIREITO DA UniEVANGÉLICA

Antônio Alves de Carvalho¹

Adriano Gouveia Lima²

Aurea Marchetti Bandeira³

Camila Rodrigues de Souza Brito⁴

Chrystiano Silva Martins⁵

Eumar Evangelista de Menezes Junior⁶

Gracy Tadeu Ferreira Ribeiro⁷

Herbert Emílio Araújo Lopes⁸

Rubem Alexandre Maia Fontes⁹

RESUMO

A reflexão sobre a educação superior brasileira é objeto de preocupação dos educadores de um modo geral. O exercício de reflexão sobre a relação dialógica entre ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão ocupa na atualidade lugar de destaque. Pensar sobre a educação nos remete a processos, as ferramentas e a legislação pertinente sobre o tema. O desafio proposto aqui foi refletir sobre o Direito e sua interface interdisciplinar sob o prisma das metodologias ativas e das tecnologias de informação e comunicação, em especial a contribuição dada à área jurídica pela inteligência artificial. O estudo apresenta um alcance epistemológico da inteligência artificial como ferramenta didático-pedagógica ao curso de Direito da UniEVANGÉLICA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação jurídica, Ensino, Aprendizagem, Inteligência artificial.

INTRODUÇÃO

As diretrizes para a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação presencial da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) foram elaboradas com a finalidade de orientar e normatizar os processos de ensino e aprendizagem.

O capítulo II do referido documento trata da concepção do currículo. A UniEVANGÉLICA mantém em seus cursos presenciais o modelo disciplinar, priorizando o ensino de forma interdisciplinar, adotando metodologias ativas associadas ao uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC's).

O modelo proposto favorece a maior interação e participação dos discentes no seu próprio processo de formação. Os princípios de legalidade estatuídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) são preservados e mantidos na íntegra.

O ensino híbrido apresenta, neste contexto acadêmico, uma oportunidade singular como um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, favorecendo a integração e o uso de tecnologias de informação e comunicação (Brasil, 2018).

¹ Mestre. Professor do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: carualius@hotmail.com

² Mestre. Professor do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: gouveialima@hotmail.com

³ Mestra. Professora do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: aureamarchetti@unievangelica.edu.br

⁴ Mestra. Professora do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: advcamilabrito@gmail.com

⁵ Especialista. Professor do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: crystianoadv@gmail.com

⁶ Doutor. Professor do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: eumar.junior@unievangelica.edu.br

⁷ Mestra. Professora do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: gracy.ribeiro@unievangelica.edu.br

⁸ Mestre. Professor do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: herbet.lopes@unievangelica.edu.br

⁹ Especialista. Professor do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: rubemmaia@live.com

Diante das exigências da DCN's para o curso de Direito da UniEVANGÉLICA, o curso, em seu projeto pedagógico, destaca uma concepção curricular cujo conhecimento é construído em um exercício crítico proporcionando um maior grau de autoconsciência e de desenvolvimento do ser humano (UniEVANGÉLICA, 2021).

O curso de Direito está estruturado com base em 03 (três) eixos de formação: o eixo de formação fundamental, o eixo de formação profissional e o eixo de formação prático-profissional. O Projeto Pedagógico propõe que as disciplinas dialoguem entre si. As disciplinas não são concebidas enquanto unidades estanques e rígidas, pelo contrário, são concebidas enquanto unidades com limites fluídos que estabelecem relações com as demais disciplinas (UniEVANGÉLICA, 2021).

As disciplinas articulam-se com as demais disciplinas do mesmo semestre e com a dos semestres precedentes.

A construção de Matriz Curricular do curso de Direito foi o resultado de um processo dialógico entre docentes que se reuniram, enquanto colegiado, mediado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), bem como, pela direção, coordenação pedagógica e representantes discentes (UniEVANGÉLICA, 2021).

A proposta era pensar nos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1997, que suscitaram intensos debates ao incorporar os temas transversais, a pluralidade cultural na abordagem da educação superior.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Atualmente, as reflexões que dizem respeito às relações entre o Direito e as demais Ciências Sociais têm como norte a questão da inclusão, da interdisciplinaridade, do uso das metodologias ativas e tecnologias da informação e comunicação. “Uma educação inclusiva e interdisciplinar requer uma mudança de mentalidade e de relação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem” (Costa *et. al*, 2021, p. 4). Por isso, as concepções, os enfoques e as construções do saber devem estar em concordância, em estreita relação com os objetivos almejados.

A concepção contemporânea do estudo jurídico está voltada para uma visão humanista. A tradição mais arraigada do Direito se prende no conforto da técnica. No entanto, o desafio atual é que o profissional do Direito interprete os fatos e a lei dentro do contexto histórico, o que exigirá desses profissionais conhecimentos de outros campos do saber que auxiliarão na formação de um egresso com perfil humanista e multidisciplinar (Carvalho *et. al*, 2016).

O debate acerca do ensino jurídico brasileiro considerou que a adoção de um currículo globalizante pode promover a formação de bacharéis qualificados às novas demandas profissionais e sociais (Costa *et. al*, 2021).

No curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) há uma preocupação da gestão do curso, bem como, do colegiado com a adoção de um currículo globalizante que pode contribuir para a formação integral do operador jurídico.

O curso de Direito propicia o diálogo interdisciplinar e a utilização de ferramentas inovadoras no âmbito acadêmico e no exercício da profissão (UniEVANGÉLICA, 2021).

O uso de metodologias ativas e de tecnologias de informação e de comunicação tem sido enriquecedor para tornar as aulas e atividades acadêmicas mais interativas e interessantes (Anastasiou; Alves, 2010). A título de ilustração citamos o uso da inteligência artificial como ferramenta auxiliar para o desenvolvimento de aprendizagens visando a resolução de problemas, bem como, para uso de estudos de casos. O *Chat-GPT* (2025) para uso jurídico pode ser usado como auxílio em pesquisa, análise, correção e padronização de documentos.

A *Lawx* como ferramenta de IA destaca-se como recurso fidedigno para o uso de demandas práticas do mercado jurídico brasileiro. O *Chat-GPT* (2025) para advogados pode ser usado para criar modelos jurídicos, revisar peças e também para desenvolver outros conteúdos pertinentes à área jurídica (<https://chatgpt.com>).

As aplicações de IA podem ser um suporte fantástico e vai demandar do docente conhecimentos, habilidades e competências específicas (ADVBOX, 2025).

Há uma gama variada de possibilidades de uso dessas ferramentas. Desde simples consultas orientadas, pesquisas mais amplas, levantamentos de dados, sínteses, etc. Casos, jurisprudências, julgamentos, súmulas vinculantes, mandados de segurança, etc. Podem ser objetos de trabalhos e pesquisas com o suporte da inteligência artificial.

No curso de Direito há um Núcleo de Atividades Simuladas (NAS), onde os alunos aprendem a elaborar peças, participam de júri encenado pelos próprios alunos. Estas atividades são imprescindíveis para que os alunos tenham uma formação de excelência (UniEVANGÉLICA, 2021).

Por meio do uso de *ChatGPT* (2025) essas atividades ganham novos contornos e permitem experiências inusitadas.

Na matriz curricular do curso de Direito os estágios supervisionados ocorrem respectivamente no 7º e 8º períodos. No 7º - período Estágio I é a prática simulada civil, e no 8º período - Estágio II a prática Simulada Penal.

No Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) os alunos se familiarizam com a rotina jurídica e com o atendimento ao público, elaborando peças reais com a orientação dos professores do referido núcleo.

O curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) está alicerçado em pilares humanísticos e éticos incluindo a relação teoria e prática desde os períodos iniciais.

O perfil do egresso foi concebido com a finalidade de proporcionar ao aluno a capacidade de integrar à sua futura prática profissional condutas construídas a partir de uma sensibilidade social, ética e holística (UniEVANGÉLICA, 2021).

O uso das metodologias ativas e das tecnologias de informação e comunicação propiciaram a reconfiguração da prática pedagógica em outros patamares.

Um dos elementos básicos da ação docente consiste em ensinar e aprender. A rotina da sala de aula ou do núcleo específico do curso são espaços singulares para o uso das metodologias ativas e tecnologias de informação e comunicação.

O uso da Inteligência artificial tem se mostrado um campo promissor na área jurídica. As atividades desenvolvidas no cotidiano da sala de aula ou nos núcleos específicos favorecem o contato dos alunos com práticas simuladas e também com reais, bem como, a formação do pensamento crítico para a compreensão da realidade em que vivem do papel que lhes cabe como operadores do direito e da coletividade.

Desafios e possibilidades emergem nesse processo de formação acadêmica e também no exercício da cidadania social que abarca conceitos de igualdade inclusão, justiça, lutas e conquistas.

É um longo caminho a ser trilhado por docentes e discentes. A formação continuada abre um leque de possibilidades para que os docentes revejam seus métodos e práticas no cotidiano acadêmico.

Estar aberto ao *feedback*, à autocrítica e a avaliação dos resultados alcançados é sem dúvida um porto seguro para docentes e discentes. Nesse processo de análise e avaliação a inteligência artificial se apresenta como ferramenta indispensável para tornar as experiências de ensino e aprendizagens mais produtivas e desafiadoras.

CONCLUSÃO

No curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) o nosso compromisso é com a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão. Por isso, buscar novos conhecimentos, avaliar nossas práticas e recursos didáticos/pedagógicos é nossa prioridade e diferencial.

A cada início de semestre por meio da Pró-Reitoria Acadêmica, palestras, oficinas e trocas de experiências são oferecidos para que a formação continuada dos docentes seja atualizada e retroalimentada.

Esperamos que esse exercício de reflexão possa aprimorar nossa prática docente e que a partir do resultado alcançados possamos traçar metas, objetivos e projetos a serem implementados para tornar os processos educacionais mais eficazes, lúcidos e produtivos tanto para os docentes, quanto para os discentes.

REFERÊNCIAS

48º SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES

Anastasioua, Lea das Graças Camargos; Alves, Leonir Pessate (Orgs). **Processos de Ensinagem na Universidade:** Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 9ª edição. Joinville/SC; UNIVILLE, 2010.

ADVBOX. **Software jurídico - IA.** Disponível em: <https://advbox.com>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Brasil. Diretrizes Curriculares do Curso de Direito (DCN). **Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2018.** Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2018.

Carvalho, Antônio Alves; Ribeiro, Gracy Tadeu Ferreira; Bonome, José Roberto. Direito e Literatura. **Revista Jurídica** Ano XVI, nº 26 – 2016, V1 jan/jun – Anápolis. Goiás – UniEvangélica.

Costa. Daniel Gonçalves Mendes; Ribeiro. Gracy Tadeu Ferreira; Ribeiro. Sandro Fernandes. **Direito, Inclusão e Interdisciplinaridade:** uma reflexão necessária. In: Direito e Interdisciplinaridade. CAD 5 – Caderno de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

CHATGPT. **Software - IA.** Disponível em: <https://chatgpt.com>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UniEVANGÉLICA. Universidade Evangélica de Goiás. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito.** 2021. Anápolis, Goiás, 2021.